



PABLO GIOVANNI (INTERINO)
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

Reprodução/TV Senado



Sebastião Coelho sem processo no STF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), esclareceu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que o desembargador aposentado Sebastião Coelho da Silva, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), não é alvo de investigações no âmbito da Suprema Corte sobre os atos antidemocráticos de 8 de janeiro. O esclarecimento foi feito dentro do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) ao qual o magistrado responde desde junho. Sebastião Coelho entrou na mira do CNJ por, supostamente, incitar manifestações golpistas enquanto estava na ativa. Ele renunciou ao cargo de corregedor eleitoral em agosto de 2022, poucos dias antes de Moraes assumir a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob a alegação de que o ministro havia incitado uma "guerra" em seu discurso de posse.

O ex-desembargador foi visto em protestos no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, após as eleições de 2022. Por isso, o CNJ solicitou a quebra de sigilo de Sebastião Coelho. Fontes da Corte informaram à coluna que não há indícios de transações financeiras ligadas à chamada "Máfia do Pix" ou a investigados e/ou indiciados por comissões parlamentares de inquérito instauradas após o 8 de janeiro, o que isenta o desembargador aposentado.

A manifestação de Moraes atende a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que solicitou o parecer do ministro do STF para deliberar sobre o tema. Entre as demandas do subprocurador-geral José Adonis Callou de Araújo Sá, estava a quebra de sigilo de Sebastião Coelho e a obtenção de informações sobre processos que o desembargador respondeu no TJDFT, o que foi concedido pela conselheira Daiane Nogueira de Lira, responsável pelo caso no CNJ.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Ibaneis quer ouvir Casa Civil e Seduh sobre projeto para preservar Mané Garrincha

O governador Ibaneis Rocha (MDB) determinou à Casa Civil e à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) busquem propostas para sugerir modificações no uso e ocupação dos arredores do Estádio Mané Garrincha, no Setor de Recreação Pública Norte (SRPN).

Ibaneis não concorda com a decisão da concessionária que administra o Mané Garrincha e região, de construir um atacadista na área. A construção de um atacadão (empório) no local, além de contrariar a Lei de Preservação do Conjunto

Urbanístico de Brasília (PPCUB). Apesar disso, a obra foi autorizada com base em dois alvarás emitidos em 2021 e 2022, respaldados pela Lei Complementar nº 946/2018, que foi revogada com a sanção do PPCUB em agosto deste ano.

O grupo de trabalho será responsável por consolidar propostas para incluir em um projeto de lei complementar, a ser enviado à Câmara Legislativa (CLDF). Paralelo a essa medida, Ibaneis também determinou que um grupo de trabalho elabore ações para o funcionamento do Eixão do Lazer.

Wellington reage a fake news

O presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), rebateu críticas do senador Cleitinho (Republicanos-MG) em um vídeo no qual o parlamentar mineiro afirmava que os deputados distritais haviam aumentado seus próprios salários em apenas 16 segundos. Wellington explicou que os distritais apenas adequaram o subsídio mensal em conformidade com a Constituição Federal, atendendo a determinações do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Mais uma vez, você (Cleitinho) espalha fake news. Por má-fé ou desinformação, você acusa os deputados do Distrito Federal de aumentarem os próprios salários. O que fizemos foi adequar a norma legislativa à exigência do STF. É lamentável que um senador da República, eleito por um estado tão importante como Minas Gerais, não saiba do que está falando. Você é uma vergonha para o povo brasileiro", criticou nas redes sociais Wellington.



Ed Alves/CB/D.A.Press

Missão eleitoral de defensores públicos

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) enviou representantes ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para integrar a Missão de Observação Eleitoral no 1º turno das eleições municipais. Ao todo, 60 defensores públicos participarão da iniciativa, atuando em 32 municípios de 19 estados brasileiros.

Segundo a Anadep, o objetivo é contribuir para o aperfeiçoamento do processo eleitoral, assegurando a transparência e a integridade do pleito. Durante o trabalho, os defensores visitarão locais de votação, com foco especial nas seções eleitorais, onde entrevistarão eleitores, presidentes de seção, mesários, secretários e agentes de segurança. Vale ressaltar que os defensores não terão função de interferência ou auditoria no processo eleitoral. As eleições estão marcadas para 6 de outubro.

Ed Alves/CB/D.A.Press



À QUEIMA-ROUPA COM SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SSP-DF, ALEXANDRE PATURY

Quais medidas o governo está implementando para combater o aumento da criminalidade e garantir a segurança dos moradores e comerciantes no Plano Piloto e em outras regiões do Distrito Federal? Tema que motivou audiência pública na Câmara Legislativa.

Assim como em todo o Brasil, estamos diante de problemas sociais e de saúde pública que impactam negativamente na sensação de segurança. Equipes multidisciplinares do governo têm atuado diariamente para oferecer alternativas às pessoas em situação de rua. Somos testemunhas do trabalho permanente na tentativa de oferecer abrigo e tratamento, considerando que muitas são usuárias de drogas. Criminosos, infelizmente, aproveitam desta situação para se infiltrar em meio a estas pessoas. Muitos crimes ocorrem, também, para sustentar o vício, principalmente dos consumidores de crack, a exemplo do furto de cabos elétricos em todo o DF.

Como a Secretaria de Segurança Pública está colaborando com outras instituições, como o Ministério Público e o STF, para abordar a situação das pessoas em situação de rua e sua relação com a segurança pública?

Segurança pública não se resolve apenas com polícia. As forças de segurança funcionam como contenção, como última alternativa. A nossa participação é integrar toda a complexa engrenagem social para mitigar a sensação de insegurança. Temos colaborado com todos os segmentos do Estado. É importante frisar que tanto o crime, quanto às dificuldades econômicas que levam pessoas à situação de rua sempre existiram na história da humanidade. O que infelizmente tem ocorrido é um desequilíbrio. Muitas vezes motivado pelo uso de drogas, fruto talvez da permissividade da legislação, ou pela interpretação alternativa destas normas, que possibilita o uso despreocupado de substâncias alucinógenas. Usuários entorpecidos são mais suscetíveis a cometer crimes para sustentar o próprio vício.

Quais estratégias estão sendo desenvolvidas para melhorar a presença e a atuação da polícia em áreas consideradas mais vulneráveis, onde a criminalidade tem aumentado?

Estamos presentes em todas as regiões administrativas. A maioria das ocorrências gera abordagens e muitas delas a prisão. Por opção legislativa, grande parte destas pessoas presas é liberada, voltando a cometer crimes, gerando a falsa sensação de que a Polícia não está cumprindo com o seu papel. A sociedade é reflexo de suas escolhas. A opção de facilitar o uso de drogas e a opção de deixar em liberdade quem comete reiteradamente pequenos crimes tem seu preço. A segurança pública não pode responder sozinha pelas escolhas de quem produz e interpreta as leis.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

PATRIMÔNIO / Decreto do GDF que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo na região do Mané Garrincha, segue as regras do PPCUB. Presidente do IAB-DF, Luiz Eduardo Sarmiento, critica, por exemplo, esferas de concreto ao redor da área

Obras paradas no puxadinho

» LETÍCIA MOUHAMAD
» PABLO GIOVANNI

Em mais um desdobramento da polêmica em torno da construção de um puxadinho no Eixo Monumental, nas proximidades do Estádio Mané Garrincha, o Governo do Distrito Federal (GDF) publicou um novo decreto que dispõe sobre o uso e ocupação do solo do Setor de Recreação Pública Norte (SRPN). A reportagem foi até o local onde a edificação estava sendo erguida e constatou que a obra está paralisada, sem a presença de máquinas ou operários. Na última sexta, o **Correio** publicou em primeira mão reportagem na qual especialistas alertaram que a construção fere regras do uso e ocupação do solo e contrasta com a qualidade das edificações que fazem parte do Eixo Monumental.

O decreto, obtido pelo **Correio**, revoga os alvarás de construção para o Centro Esportivo de Brasília, emitidos em março de 2021 e em novembro de 2022; sinaliza que a implantação de novas atividades devem adequar-se ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e ao Masterplan da Arena BSB; e indica que, a partir da publicação do

decreto, o início de qualquer obra na área fica condicionado à apresentação e aprovação do projeto arquitetônico pelos órgãos distrital e federal de preservação.

A expedição de nova licença de obras está condicionada à deliberação do Conselho de Planejamento Urbano e Territorial do DF. Além disso, "fica garantida a manutenção das atividades exercidas na área na data de publicação deste decreto, condicionadas à adequação ao Masterplan no prazo de até 90 dias, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa fundamentada." O documento proíbe a implantação de novas atividades.

Grupo de trabalho

O governador Ibaneis Rocha (MDB) confirmou ao **Correio** que criará um grupo de trabalho, envolvendo diversas secretarias, para analisar o plano diretor do Complexo Arena BSB. A força-tarefa a ser definida pelo Palácio do Buriti terá a função de revisar o Masterplan (plano diretor) e sugerir alterações para a regulamentação do uso da área. As propostas de alteração serão consolidadas em um projeto de lei complementar. Essa proposta será enviada à Câmara Legislativa (CLDF) para restringir o uso da região a atividades exclusivamente

Ed Alves/CB/D.A.Press



Obra próximo ao Estádio Mané Garrincha está com alvarás suspensos

esportivas, de lazer e turismo, o que não fere as diretrizes do PPCUB.

O PPCUB, publicado em agosto, revogou leis complementares que estavam em vigor até então. Entre elas estava a Lei Complementar 946/2018, que permitia a instalação de atividades comerciais nas proximidades do Estádio Mané Garrincha, incluindo o uso para fins comerciais, institucionais e de prestação de serviços. Essa condição abriu brechas para a construção de um atacadão.

O presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento do DF (IAB/DF), Luiz Eduardo Sarmiento, vê com preocupação obras em desacordo com o projeto escolhido por meio de concurso público nacional, em 2019. "A execução das edificações, das intervenções urbanas, paisagísticas e edíficas naquele conjunto deve seguir o projeto vencedor, colocado como instrumento para não permitir que quem recebesse a concessão fizesse o que bem

entendesse em uma área extremamente importante para a capital do país", ressaltou o arquiteto e urbanista.

Segundo Sarmiento, o projeto vencedor prevê um jardim com vegetação de Cerrado, que "criaria um espaço inovador e adequado à paisagem brasiliense. Infelizmente, o que vemos, hoje, são elementos estranhos ao conjunto, como cercamentos e uma quantidade enorme de esferas de concreto e espaços áridos e muito asfalto, com um sistema viário interno caótico, muito diferente do Masterplan", completou. O arquiteto definiu o novo decreto do GDF como importante, mas reforçou ser fundamental que o governo cobre as adequações, fiscalize e observe rigorosamente a execução do contrato de concessão.

A arquiteta e urbanista Giselle Moll Mascarenhas lembra que a obra fere a legislação existente e deturpa a funcionalidade da área, "concebida para prover a cidade com espaços de lazer, esporte, recreação e outras atividades coletivas recreativas. Comércio atacadista nada tem a ver com o Estádio Nacional, ou com esportes em geral". "Não podemos deixar que Brasília se torne terra de ninguém. A paisagem urbana está sendo comprometida com as

alterações efetuadas, e este é um dos pilares do tombamento da capital", concluiu. A Superintendência do Iphan no Distrito Federal deve fazer uma visita de campo, hoje, a fim de avaliar se a intervenção compõe uma das etapas do projeto.

Loja

Em nota, enviada em um grupo de empresários de Brasília, José Costa, responsável pelo empreendimento atacadista Costa, explicou que a ideia da construção seria trazer à capital "um conceito de empório premium", com cinema, lojas e restaurantes. "Neste projeto, tivemos todo o cuidado de conceituar uma loja muito bonita, moderna e agradável, tanto externamente, quanto internamente", comentou, ressaltando que o objetivo não era destinar o espaço a um atacadão. "Nas próximas semanas, vamos fazer as devidas interações com as autoridades e a Arena BSB para definirmos os próximos capítulos", finalizou o empresário.

Questionada sobre o novo decreto do GDF, a Arena BSB respondeu que tem buscado a readequação do projeto, com o fim de trazer mais opções de lazer e entretenimento para a população de Brasília.